

Gonet recorre contra suspensão de multa de R\$ 10,3 bilhões da J&F

Procurador-geral da República pede que ministro redistribua o caso a colega ou reveja seu posicionamento sobre o tema

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O procurador-geral da República, Paulo Gonet, recorreu contra a decisão liminar (provisória) do ministro Dias Toffoli de suspender o acordo de pagamento da multa de R\$ 10,3 bilhões prevista no acordo de leniência da J&F, grupo dos irmãos Lewesley e Wesley Batista. O pedido foi enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal) na segunda (5), endereçado ao próprio Toffoli.

O chefe do MPF (Ministério Público Federal) defende que o recurso seja redistribuído pelo magistrado a um colega ou, se ele assim não entender, que reveja sua posição. Caso mantenha o decidido, que submeta a contraversão ao plenário do tribunal. Gonet busca o pleno como alternativa à Segunda Turma, colegiado de cinco integrantes presidido por Toffoli e composto também por Gilmar Mendes, crítico da Lava Jato. Para isso, o PGR argumenta que o pleito da J&F deve tramitar junto com uma ação que discute no plenário para metros adotados nos acordos de leniência firmados no âmbito da operação.

"A decisão monocrática que suspendeu a pactuação celebrada entre MPF e J&F Investimentos S.A. deve ser reformada, dado que o Supremo Tribunal Federal não é competente para deliberar, per saltum, sobre o mérito da decisão apresentada pela parte requerente, nem a via escolhida é a adequada para produção de provas e dilação probatória", afirmou Gonet.

O acordo de leniência foi assinado em 2017 entre a empresa e a Procuradoria da República do Distrito Federal. A pactua-

ção foi homologada pela 1ª Vara Federal Criminal do DF. A determinação que beneficiou a J&F é de dezembro de 2022. Nela, o ministro também autorizou o grupo empresarial liderado pelos Batistas a ter acesso à íntegra das mensagens da Operação Spoofing, que possui conversas entre procuradores da Lava Jato.

Toffoli é relator do processo que tramita na corte superior. Nos autos desse processo ou em procedimentos conexos, ministros têm tomado decisões contra atos da Lava Jato. O relator anterior era Ricardo Lewandowski, que se aposentou e atualmente é ministro da Justiça.

O pedido da J&F foi atado em procedimento que tramita sob sigilo de Justiça no início de novembro e não consta no andamento processual. Informação sobre eventual envio dos autos à PGR para manifestação prévia do órgão.

O grupo alega que os agentes públicos responsáveis pela condução da Lava Jato em Brasília teriam desviado instrumentos legais em combate. Disse que teria havido coação para que fosse celebrado o acordo de leniência e que tais circunstâncias configurariam "estado de coisas inconstitucional".

Gonet ressalta em sua manifestação que o acordo é fruto da Operação Greenfield, originária de investigação sobre rebombos nos maiores fatos de corrupção do país. Ele afirmou que, reverter a decisão de Toffoli impedirá "grave risco ao sistema punitivo brasileiro, com vultoso prejuízo à credibilidade da Funcef e à Petros", em referência aos dois fundos-alvos de irregularidades investigadas pe-

la força-tarefa da Greenfield. O procurador-geral entendeu também descabido o pedido da empresa, defendido por Toffoli, para o acesso aos elementos probatórios angariados no âmbito da Operação Spoofing, com vistas a comprovar supostas irregularidades em seu acordo de leniência, não há de ter dito.

"Finalmente, aqui, os agentes públicos referidos [da Operação Lava Jato] são diferentes dos que entabularam o acordo de leniência [da Operação Greenfield]", afirmou Gonet.

No âmbito do MPF, o conglomerado empresarial dos irmãos Batistas vem buscando a revisão do acordo de leniência formalizado em 2017.

Toffoli tira sigilo de investigação de ONG e sanção da Odebrecht

Constança Rezende

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli suspendeu nesta terça (6) o sigilo das ações em que determinou investigação sobre a ONG Transparência Internacional e em que interrompeu o pagamento de multas do acordo de leniência da Novonor (antiga Odebrecht) e da J&F, grupo dos irmãos Lewesley e Wesley Batista.

Toffoli considerou que, diante da publicidade dada ao caso, "não mais se justifica a manutenção do sigilo inicialmente imposto".

Com isso, peças dos processos, em particular a 261 e a 197, ficam públicas. O ministro, porém, ponderou que a Secretaria Judiciária deve preservar

Conheça a trajetória de Dias Toffoli, do STF

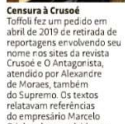


Proximidade com o PT Toffoli foi assessor do PT na Câmara dos Deputados entre 1995 e 2000. Advogou para campanhas de Lula e, nos governos do petista, foi subchefe para assuntos jurídicos da Casa Civil e advogado geral da União, sendo indicado ao Supremo em 2009.

Com o petista entrou em desgaste Toffoli proibiu uma entrevista de Lula à Folha, e vetou a ida do então ex-presidente ao vilão do irídio. Em 2021, Toffoli pediu "perdão" a Lula pelo veto, e neste terceiro mandato do petista, tem feito acenos ao presidente.



Censura à Cruzó Toffoli fez um pedido em abril de 2019 de retirada de reportagens envolvendo seu nome e os sites da revista Cruzó e o Antagonista, atendido por Alexandre de Moraes, também do Supremo. Os textos relatavam referências do empresário Marcelo Odebrecht, envolvido na Operação Lava Jato, a ele em um e-mail entre Marcelo e dois executivos da empresa.



Aproximado com Bolsonaro Ao presidir o Supremo entre 2018 e 2020, Toffoli aproximou-se de Jair Bolsonaro (PL). Ele chegou a dizer que não via uma situação de ex-presidente contra a democracia. Em 2020, Bolsonaro participou de um jantar na casa de Toffoli junto com Davi Alcolumbre (União Brasil) e Kassab Nunes Marinho, do STF. Na ocasião, Toffoli afirmou que o encontro se deu por "amizade".

Outro episódio controverso do ministro na Lava Jato foi a participação de votado que derrubou a validade da delação do ex-governador do Rio Sérgio Cabral, em 2021. Toffoli foi citado em depoimento de delação, e a PF havia enviado um pedido para investigação. O ministro disse que jamais recebeu valores ilegais

Lava Jato Em dezembro de 2023, Toffoli suspendeu multa de R\$ 10,3 bilhões aplicada à empresa J&F em acordo de leniência relacionado à Lava Jato. Ele também sustou o pagamento de valores de um acordo de leniência da Novonor (antiga Odebrecht), e tornou as provas vindas deste acordo impenhoráveis em qualquer âmbito de jurisdição.

Somado a isso, o ministro mandou investigar a ONG Transparência Internacional por sua atuação na gestão de recursos oriundos de multas da operação.

Dias antes, a ONG havia afirmado que o ministro tomara decisões com "fortes evidências" de conflitos de interesse.

Ditadura militar Em 2018, Toffoli afirmou, preferiu chamar a ditadura militar de "movimento de 1964". A fala ocorreu durante discurso sobre os 30 anos da Constituição de 1988. Hoje, não se reflete nem mais a golpe nem a revolução.

Me refiro a movimento de 1964", disse, gerando reação negativa de organizações como o Centro Acadêmico TI e de agências de ensino, da Faculdade de Direito da USP.

em sigilo as peças que porventura possam ser usadas futuramente em decisões do relator —no caso, ele mesmo.

Os documentos mostram que a procuradora-geral interina Elizete Ramos, que ficou no posto de setembro a dezembro, foi contra o envio para Toffoli da notícia-crime contra a ONG. Ela disse em outubro que o procedimento sob responsabilidade do ministro abordava o acordo com a Odebrecht, enquanto o questionamento relativo à atuação da ONG trata do compromisso firmado com a J&F fora do âmbito da Lava Jato.

"Os envolvidos nos acordos, bem como as operações policiais e até mesmo as entidades envolvidas nos acordos de leniência são distintos e, a princípio, não possuem prerrogativa de foro perante o Supremo", escreveu a interina.

Entre os documentos liberados estão os acordos de leniência firmados pelas empresas, espécie de delação premiada em que elas reconhecem devios e se comprometem a ressarcir o prejuízo.

Também foram divulgadas atas de assembleias das empresas, ofícios do MPF e relatórios da PF.

Os autos trazem parte das mensagens trocadas entre procuradores da extinta força-tarefa da Lava Jato vazadas e do então juiz Sérgio Moro no âmbito da Operação Spoofing, além dos pedidos das defesas das empresas.

Na segunda-feira (5), Toffoli determinou que a ONG Transparência Internacional seja investigada por suposta tentativa de apropriar indevidamente de recursos públicos na época da Operação Lava Jato. A direção mundial da Transparência Internacional divulgou nota em inglês nesta terça (6) em que denuncia o que vê como retaliações injustas em resposta ao trabalho anticorrupção que vem desempenhando no Brasil.

Afirma ainda que a autorização do ministro do Supremo para iniciar uma investigação contra a organização "baseada em desinformação". "É lamentável testemunhar ação legal baseada em acusações infundadas e informações falsas, suprimindo os esforços da sociedade civil para expor a corrupção e a influência sem controles dos poderes".

PM do Rio dá segurança especial a casa de Bolsonaro em Angra

Ranier Bragion

VILA HISTÓRICA DE MAMBUCABA A casa de praia de Jair Bolsonaro (PL) na Vila Histórica de Mambucaba, em Angra dos Reis (RJ), conta não só com a proteção de servidores federais, mas também com a atenção especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Na última sexta-feira (2), sábado (3) e domingo (4), dias em que a reportagem da Folha esteve na região, em que se todo o período uma viatura da PM fluminense ficou postada logo em frente ao portão de fundos da casa do ex-mandatário.

Além disso, ao menos no sábado um policial militar entrou na propriedade juntamente com apoiadores de Bolsonaro que participaram de um café da manhã com o ex-presidente.

O militar se postou em atitude de vigilância durante todo o período em que o ex-mandatário conversava com as pessoas e tirava fotos, em evento que durou mais de duas horas.

No dia seguinte, domingo, Bolsonaro repetiu a rotina de apoiadores o que ele próprio classificou como "cerca do Mambucaba" —fazendo alusão às conversas que ele patrocinava frequentemente em um cercadinho montado na saída do Palácio da Alvorada—, mas nessa ocasião a reportagem foi barrada na porta da propriedade pelo ex-presidente.

Ao longo desses três dias, a viatura da PM só se deslocava pela porta dos fundos da casa de Bolsonaro por breves períodos, voltando logo em seguida ao local.



Viatura em frente à porta dos fundos da casa de praia de Jair Bolsonaro em Angra dos Reis (RJ)

Porém, não houve nenhuma ocorrência de segurança durante o período em que o ex-presidente esteve na região.

De acordo com a lei 7.474/86, regulamentada pelo decreto 6.381/2008, todo ex-presidente tem direito a oito servidores federais, sendo quatro para segurança e dois para assessoramento pessoal, dois motoristas (além de dois veículos oficiais) e outras duas pessoas para assessoramento em geral.

No "cercadinho de Mambucaba", por exemplo, havia três seguranças que exibiam crachás federais, entre eles do GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência). O decreto estabelece que os servidores despendidos para segurança e serviço de mo-

torista receberão treinamento de capacitação do departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A Folha enviou perguntas para a assessoria de imprensa da PM do Rio de Janeiro a respeito dos motivos do es-

to em geral. No "cercadinho de Mambucaba", por exemplo, havia três seguranças que exibiam crachás federais, entre eles do GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência). O decreto estabelece que os servidores despendidos para segurança e serviço de mo-

torista receberão treinamento de capacitação do departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A Folha enviou perguntas para a assessoria de imprensa da PM do Rio de Janeiro a respeito dos motivos do es-

quema especial direcionado a Bolsonaro e qual era o embasamento legal usado para isso, mas não recebeu qualquer resposta. O estado é governado por Claudio Castro (PL), que é aliado do ex-presidente.

Mambucaba é vizinha a Paraty e fica a cerca de 200 km da cidade do Rio de Janeiro. A vila tem cerca de mil habitantes, uma população que cresce em períodos de alta temporada.

Bolsonaro tem casa na vila há cerca de 30 anos. Ele reformou a propriedade no final do ano passado e passou todo o mês de janeiro na região, período no qual dividia o tempo entre pescarias e passeios de jet ski.

Foi lá que estavam o ex-presidente e seus três filhos políticos —o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos)— quando a Polícia Federal realizou, no último dia 29, uma operação de busca e apreensão que mirou Carlos.

No ocasião, os Bolsonaros tinham saído para uma pescaria quando a PF chegou ao local de helicóptero. Eles voltaram em seguida. A operação foi autorizada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e a apuração sobre a existência de uma suposta agência para a PM do Rio de Janeiro durante o governo Bolsonaro.